

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Geógrafo, Doutor em Informações Espaciais pela Escola Politécnica da USP.
Professor Assistente do Departamento de Geografia da UnB
e Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da UnB.

A África Brasileira

População e territorialidade

Uma das questões referente à cultura africana no Brasil é o aspecto historiográfico e geográfico da formação e distribuição da população de matriz africana no Brasil. É preciso recuperar informações espaciais que permitam a construção de um outro perfil das culturas africanas e da população afro-brasileira no desenvolvimento do Brasil. Este artigo visa auxiliar a ampliação do conhecimento sobre aspectos das matrizes de origem africanas que interferiram e interferem na distribuição da população de referência africana no país.

Palavras-chave: diáspora África-Brasil; geografia afro-brasileira; população africana.



One of the questions related to the Africa cultures in Brazil is related to the historiographic and geographic aspects of the formation and

distribution of the population of African matrix in Brazil. One configures a necessity of recovery informations that allow the construction of another profile of the cultures of reference in Africa and of the Afro-Brazilian population in the development of Brazil. This paper aims to assist in the magnifying of the knowledge on the distribution of the population of African reference in the country.

Keywords: Africa-Brazil diaspora; afro-brazilian geography; African population.

INTRODUÇÃO

Brasil é, antes de tudo, um país de dimensões continentais, com uma historicidade em processo de reconstrução, uma diversidade étnica com conflitos, uma estrutura polí-

tica complexa, com extensas paisagens geográficas, diferentes níveis de transformação e alteração territorial, e com o desafio de assumir decisivamente a nação multicultural que formamos. Estes são pontos estruturais que preconizam a busca de equilíbrio na sua socie-

dade e no seu território e, sobretudo, um tratamento ético. Por isso mesmo, se fazem necessário interpretações mais amplas das suas formas de organização, principalmente os elementos essenciais da sua real historiografia, das suas identidades territoriais e dos componentes da sua pluralidade racial.

Nesse sentido, a terra, o terreiro, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática da pluralidade cultural brasileira, no seu processo de ensino, planejamento e gestão, sobretudo no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional. Preconizamos que é possível apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, um contato com um Brasil de matriz territorial complexa, multifacetada, cuja população não está devidamente conhecida, nem valorizada e que não pode ser interpretada de maneira simplista.

Podemos apontar as matrizes africanas presentes no país como a referência cultural e étnica mais marcante na formação da nossa população e do nosso território. A incorporação verdadeira, o respeito e o espaço da cultura africana no Brasil continuam sendo uma das suas questões estruturais, que ainda merece investigação, conhecimento e ação, ou seja, alcançar o direito efetivo de uma participação plena na vida nacional. Nes-

se sentido, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da nossa sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas do que a geografia e a cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico.

Neste artigo buscamos auxiliar a ampliação das reflexões sobre os aspectos da distribuição da população de matriz africana e seu rebatimento na formação do território brasileiro. Este trabalho faz parte de uma das etapas operacionalizadas no Projeto Geografia Afro-Brasileira, que está sendo desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Com essas referências procuramos contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que o conhecimento da população brasileira, a educação geográfica étnica e a questão racial no Brasil sejam tratados com mais seriedade.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO, A CARTOGRAFIA, O TERRITÓRIO ÉTNICO E A ÁFRICA

A geografia é a ciência do território e este componente fundamental, a terra, num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da

historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. Não podemos perder de vista que é essa a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

O território é na sua essência um fato físico, político, social, econômico, categorizável, possível de dimensionamento, onde, geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política, social, econômica e territorial.

Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e as feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas. Importante lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do espaço, ou seja, os dados geográficos se tornam mais significativos e possibilitam construções analíticas mais completas quando observados num contexto espacial, assim como a ferramenta cartografia constitui um meio poderoso e eficaz no vasto universo da comunicação visual da informação geográfica.

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira, não pode deixar de ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e apropriação que esta e

outras sociedades fizeram, e ainda fazem, dos recursos da natureza. As populações do hemisfério norte e seu processo de dominação e exploração do continente a partir do século XV acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheio de forças naturais adversas ao colonizador e ocupadas por homens ditos indolentes. Essa “geografia da imagem e da dominação justificada dos trópicos” foi sendo ampliada e não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social e política, mesmo diante dos elementos da natureza. Um dos efeitos políticos da distorção e da invisibilidade da África nas estratégias do sistema dominante é o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à sua historiografia em todas as histórias da humanidade. As matrizes culturais e tecnológicas do continente africano foram as mais comprometidas pelo racionalismo científico, e as estratégias de dominação, ocultação e apropriação dos saberes ainda são contextos não resolvidos neste início de século XXI.

Tratar da diversidade cultural brasileira num contexto geográfico e cartográfico visando, portanto, reconhecer, representar e superar a discriminação aqui existente, é ter uma atuação sobre um dos mecanismos estruturais da exclusão social, componente básico para caminhar na direção de uma sociedade mais democrática, na qual as populações de ascendência africana no Brasil, principalmente, se sintam e sejam, de fato, bra-

sileiras. Isto porque uma parte significativa desse contingente populacional não se sente pertencente ao Brasil, devido à tamanha exclusão. Este ponto, trataremos a seguir.

À FALTA DE PERTENCIMENTO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA: ALGUMAS QUESTÕES

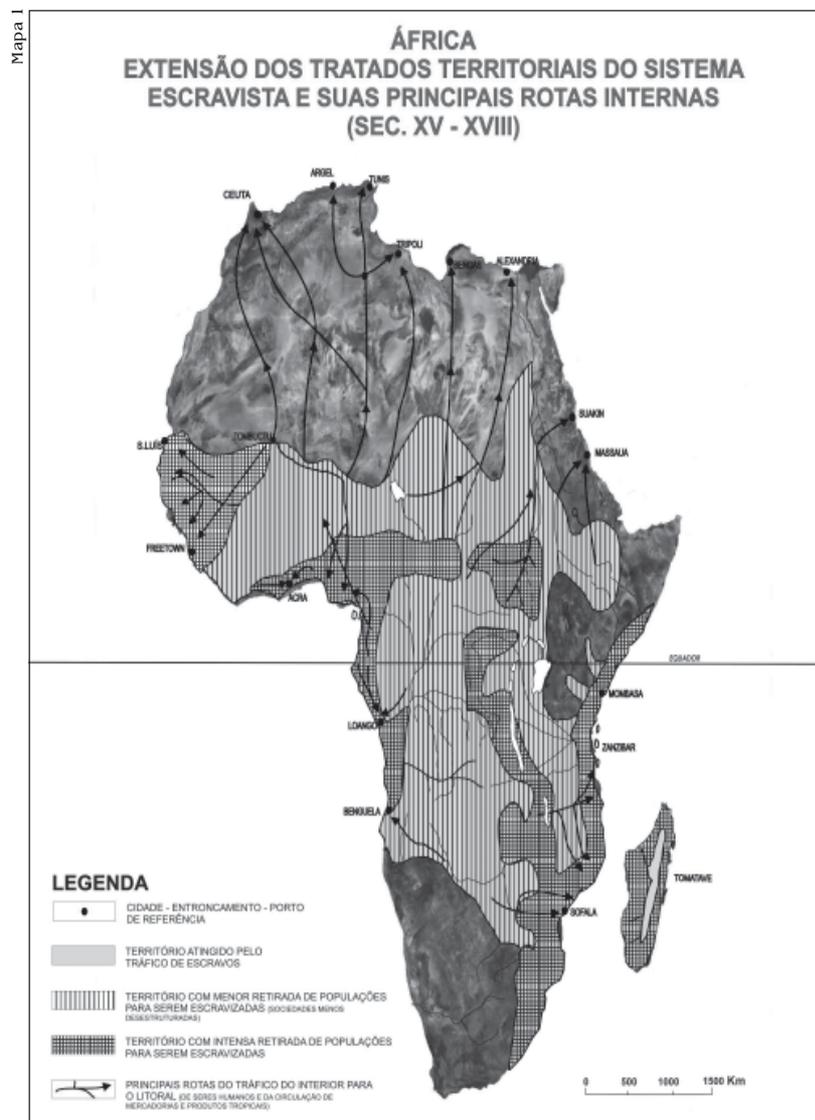
No Brasil, onde a questão da cidadania é geralmente limitada, mutilada, a situação da população afro-brasileira é emblemática. Alguns aspectos geográficos merecem atenção nesta questão secular. Primeiro, a referência que o sistema brasileiro tem induzido ao longo dos tempos, de maneira explícita e às vezes de forma subliminar, de que o território da população afro-brasileira é do outro lado do Oceano Atlântico, na África, como se aqui não fosse o seu lugar. Não tivesse o direito de ter terras e nem referência de identidade territorial aqui. O país tem se declarado oficialmente europeu e essa estratégia de negar os componentes africano e indígena é uma forma de registro do desinteresse pelos problemas do preconceito, da tentativa de inferiorização, da exclusão secular no sistema dominante e os pontos não são tratados eticamente.

Importante lembrarmos que o tráfico de seres humanos da África para a o Novo Mundo foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos negociantes europeus, a tal

ponto de se tornar impossível precisar os números dos africanos e africanas, retirados dos seus *habitats*, com suas bagagens culturais, a fim de serem incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade econômica e social. As pesquisas divergem, ainda atualmente, sobre as estatísticas do período desta diáspora africana. É consenso na comunidade científica, entretanto, de que a dinâmica do tráfico trouxe problemas

de despovoamento em numerosas áreas do continente. A barreira das condições ambientais e a resistência das populações africanas à desestruturação de suas sociedades vão impor níveis diferenciados no território atingido pela retirada de populações para serem escravizadas.

O mapa I mostra a extensão do território atingido pela dinâmica do tráfico e os diferentes gradientes de intensidade de



A

C

E

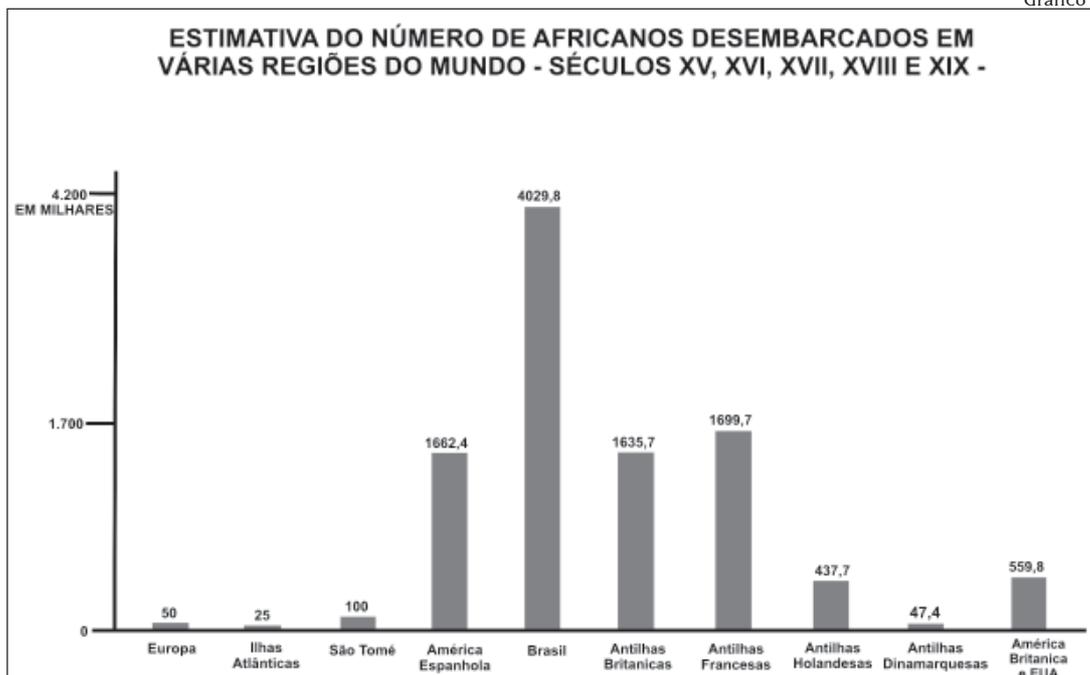
retiradas de populações. Uma das questões de *fundo* que o documento cartográfico suscita é a seguinte: para onde se deslocaram tantos componentes das sociedades e estados políticos que foram desestruturados? O gráfico 1 mostra uma estimativa dos povos africanos desembarcados nos principais portos de diferentes regiões do mundo. Pelo menos dois aspectos são significativos de observação nos números representados: primeiro, o Brasil apresenta a maior estatística, ultrapassando a casa dos quatro milhões de seres humanos transportados, fato que possibilita entender porque este foi o território mais escravista e, por sua vez, o de maior extensão racista; segundo, os franceses, os espanhóis e os britânicos, povos europeus de influência e pressão marcante no sistema escravista na América, estão com dados em torno

de um milhão seiscentos e cinquenta africanos desembarcados. É evidente que o *Brasil português* incomodava pela dimensão territorial, o contingente populacional mobilizado e a diversidade da dinâmica comercial.

Lutas sangrentas, violência, situações completamente novas de deslocamentos e adaptações, morte e crueldade, tudo isso concorreu para os efeitos multiplicadores do grande negócio que foi o tráfico de populações africanas, tais como o crescimento da indústria naval, da indústria bélica, da agricultura, da mineração, da atividade financeira, fechando o ciclo da acumulação primitiva de capital.

O conceito geográfico de diáspora tem a ver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas. Ao longo das histórias da

Gráfico 1



humanidade podemos identificar a construção de territórios pela mobilidade das migrações, tanto de forma voluntária quanto das migrações forçadas. Na África, podemos identificar alguns desses grandes movimentos demográficos, a começar pela *primeira diáspora*, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e posteriormente para outras terras emersas do mundo. O fenômeno geográfico que abordamos, nesta oportunidade, está ligado aos séculos do *tráfico negreiro* para a América, fruto de longos períodos de migração forçada do continente africano, contexto propulsor do sistema escravista e base fundamental do capitalismo primitivo.

O continente africano foi, ao longo de quatro séculos, o centro das atenções mundiais, da cobiça aos recursos minerais, da apropriação dos conhecimentos, da acumulação de capitais e da desestruturação das sociedades e do Estado. Esse jogo de trocas estabelecido imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e, estrategicamente, a distribuição das populações africanas dos seus diferentes *reinos e nações* foi realizada indiscriminadamente nos territórios da América. Rapidamente os mercados transatlânticos se tornam mais importantes do que as antigas rotas dos mercados transaarianos (floresta-savana-deserto), por onde passavam e desaguavam o ouro, a cola e o africano escravizado. Esta rota se tornou

secundária, diante da força da ligação savana-floresta-praias.

Nas respostas territoriais da dinâmica do tráfico por quase quatro séculos, o Brasil aparece com alguns destaques: foi o país contemporâneo de maior importação de populações africanas e registro de quilombos (antigos e territórios étnicos atuais); foi a nação na América do Sul que continuou impondo o sistema escravocrata, mesmo depois da independência de Portugal (66 anos) e um dos últimos Estados a sair do regime escravista (ver o mapa 2).

A extensão dos impérios africanos e a intensidade do comércio de povos da África, ao longo dos séculos da diáspora, nos apontam para uma dimensão ampla e de difícil reconstituição que é a caracterização etnográfica dos africanos e seus descendentes no Brasil. São trazidos para constituir a formação do território brasileiro seres humanos do tipo: minas, congos, angolas, anjicos, lundas, quetos, hauças, fulas, uruás, ijexás, jalofos, mandingas, anagôs, fons, ardas, dentre muitos outros, que possibilitaram o que podemos simplesmente denominar de povos africanos no Brasil, afro-brasileiros, brasileiros de matriz africana ou população de ascendência africana. Com essas denominações está *escondida* ou *embutida* uma riqueza tipológica, ainda não devidamente estudada e nem quantificada.

O Brasil sabe com clareza que no período entre 1871 e 1920, 3.390.000 imi-

A

C

E

A ÁFRICA, A AMÉRICA, A EUROPA E O SISTEMA ESCRAVISTA

- ALGUMAS REFERÊNCIAS ESPACIAIS DO PROCESSO SECULAR DE DOMINAÇÃO -



Mapa 2

grantes europeus *chegaram* ao país, dos quais: 1.373.000 eram italianos; 901.000, portugueses e quinhentos mil, espanhóis. É importante notar que esse número se aproxima dos quase quatro milhões de africanos que foram retirados de seu habitat natural e *trazidos* para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850. Isto porque as referências espaciais, temporais e quantitativas do período clandestino do tráfico ainda estão para serem caracterizadas pela historiografia brasileira. Temos aí uma das questões estruturais do país. As grandes referências espaciais e temporais, os documentos pontuais não atendem mais às demandas do povo brasileiro africano, que requerem respostas mais plausíveis e precisas.

Este é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de matriz africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. Colocar para esse contingente que os seus antepassados foram "trazidos" do continente africano é vago, sem consistência, desrespeitoso, quando se trata de um espaço com 30.277.467 km², o terceiro continente em extensão territorial do mundo e constituído por centenas de antigos reinos, impérios e grupos étnicos desconhecidos da historiografia oficial do país. Esta demanda secular, que possibilitaria uma ligação espacial mais referenciada, mais precisa na África, continua sem resposta satisfatória e nem

perspectiva de solução. Este contexto estrutural de fragilidade na unidade nacional traz uma outra questão pouco tocada que é: como seria o processo de solicitação de dupla cidadania da população de origem africana no Brasil? Quais e quantos brasileiros e brasileiras poderiam solicitar esta possibilidade de alargamento das suas referências familiares e de ancestralidade? A nação ainda não tem como responder a essas indagações relevantes que permanecem "silenciosas" no bojo do sistema dominante.

Importante não perdermos de vista que vários setores da população brasileira continuam sendo vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica, que atinge particularmente o contingente de ascendência africana no país, é sem dúvida a de maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica. Os problemas se revelam já quando se quer saber qual o número real de "negros" e "negras" ou da população de ancestralidade da África presentes no Brasil. A palavra "negro" foi uma invenção do colonialismo, do sistema escravista, da retirada de seres humanos do continente africano denominado "tráfico negreiro". Secularmente, ficou associado a um significado pejorativo, de algo ruim, que não é humano, mas relacionado a animal. Esse é um ponto de reflexão e correção histórica necessária e que requer uma ação política e educacional consequente, até porque está in-

A

corporado de forma consistente no pensamento social brasileiro. Se não fossem os negreiros e seus navios, comerciantes de populações escravizadas no continente africano, não existiria os “negros”, tratados como mercadoria. Daí vem a “invenção” e promoção do engano secular denominado “raça negra”.

Um dos problemas estruturais que dificultam a identificação e a quantificação da população afro-brasileira está nessa mentalidade preconceituosa, está na falta de informações básicas que contaminam o pensamento social coletivo da população brasileira. Um dos grandes danos dessa problemática é a hipocrisia permanente e o não tratamento do assunto de forma adequada e sistemática.

C

Algumas considerações em torno da expressão espacial da população afro-brasileira são tratadas no item seguinte.

O ESPAÇO CONTEMPORÂNEO DA POPULAÇÃO DE ASCENDÊNCIA AFRICANA NO BRASIL

A questão demográfica do “Brasil africano” tem ficado historicamente sem resposta adequada, por um conjunto complexo de fatores. Um dos estruturais está relacionado aos critérios oficiais de aferição racial, que levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afro-brasileira que integram o país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal organismo responsável pela produção e divulgação das informações demográficas da

E

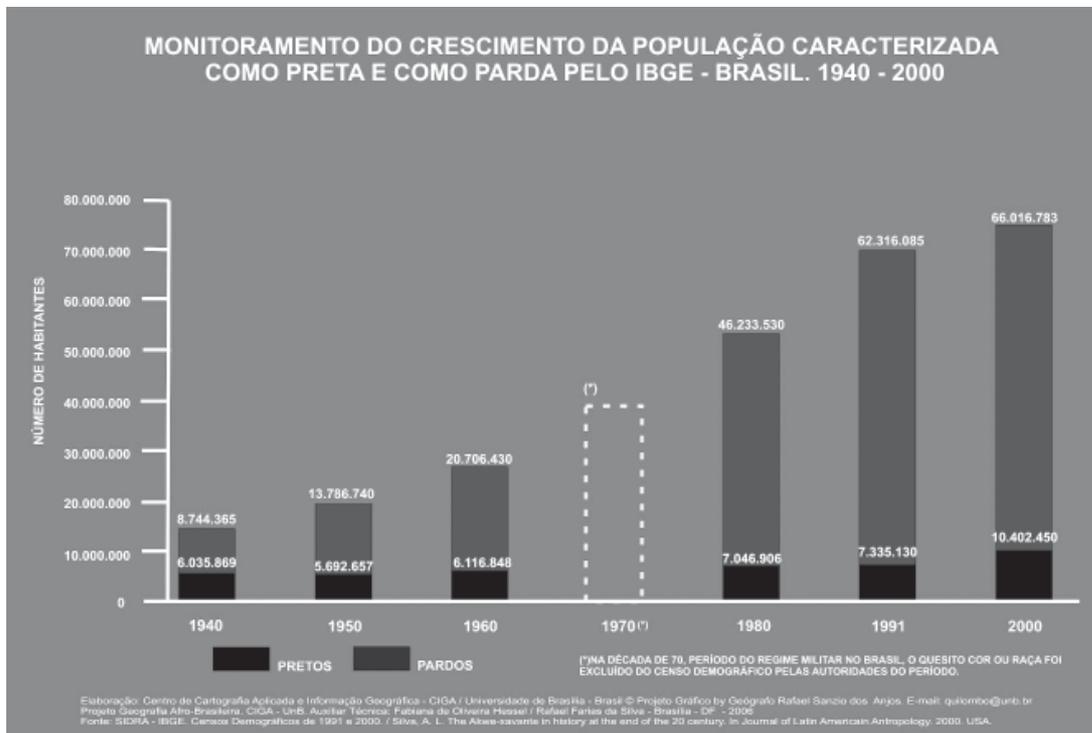


Gráfico 2

nação, ainda agrupa os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e os “outros” ficam classificados como pardos.

A história recente dos censos realizados no território brasileiro reconstitui, muito bem, a negação e minimização da população de ascendência na África existente no país. O gráfico 2 mostra a evolução da população “preta” e “parda” resencea-

da de 1940 a 2000. Os aspectos mais relevantes constatados são os seguintes: primeiro, a discrepância entre os números sempre crescentes do contingente “pardo” ao longo das décadas e os pequenos acréscimos dos registros de “pretos”, com uma ocorrência de decréscimo (1940-1950), evidenciando que a expansão demográfica da população denominada “preta” apresenta problemas para evoluir, ao contrário dos “pardos”, cujas estatísticas históricas são de números sig-



Álbum da família de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

A

C

E

nificativos. Outro componente relevante evidenciado na representação gráfica é a década de 1970, em que não foram pesquisados e nem computados os dados das distintas matrizes étnicas existentes no Brasil. Dessa forma, a série histórica dos dados fica comprometida pela inexistência das informações, fato que reitera o processo de exclusão social instaurado no sistema oficial brasileiro. A foto da página anterior é um dos poucos exemplos no Brasil, de registro de filhos

de uma família de descendentes de africanos escolarizados.

Uma parte do contingente demográfico informado e desinformado no Brasil, geralmente sem identidade firmada e profundamente dividida nas suas referências individuais e familiares, se registra no recenseamento como “parda” ou “branca”. A continuidade de uma postura do país de se “mostrar”, de ser representado e de ser valorizado a partir das referências europeias constitui

BRASIL
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CARACTERIZADA COMO PRETA
POR MUNICÍPIO - IBGE - CENSO 2000



Mapa 3

um dos componentes estruturais da negação das outras matrizes culturais existentes. Seria uma forma consciente ou não de ser aceito ou inserido no sistema dominante, ou seja, de se sentir “dentro” de uma fronteira social explícita dos incluídos e “excluídos” do sistema dominante.

O mapa 3, que não pretende retratar a complexidade da presença da população afro-brasileira, mostra apenas a expressão espacial quantitativa recenseada como “preta” no último censo demográfico realizado (2000-IBGE). O documento cartográfico, mesmo com dados de quase dez anos passados, nos revela uma distribuição expressiva dessa população no país, destacando, sobretudo, que o Brasil urbano, periurbano e rural é significativamente africano.

O grande contingente populacional registrado nas cidades de Salvador, Recife, São Luís, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, assim como a concentração na faixa litorânea brasileira, são configurações espaciais que reafirmam a presença da população de ascendência africana na estruturação do território, principalmente nas extensões onde vão se desenvolver os grandes ciclos econômicos. É relevante lembrar que o desenvolvimento das atividades de produção de produtos tropicais no sistema colonial foi impulsionado com as tecnologias dos trópicos de referência africana e operacionalizado com a mão de obra de populações da África e de seus descendentes. Todo um processo de estruturação do espaço geográfico brasileiro se processará

com a formação de redes de cidades e de sistemas de circulação (viária e ferroviária) oriundos das dinâmicas econômicas do capitalismo primitivo.

Não podemos perder de vista que a forma como o sistema nacional lida com a população de referência africana é, na verdade, a maneira como lida consigo mesmo enquanto país: negando a sua riqueza humana e cultural; não assumindo a sua verdadeira identidade; negligenciando o trabalho realizado por outras matrizes étnicas; sentindo-se superior, mas profundamente dependente; revelando uma imagem que não corresponde à realidade; vivendo, portanto, de aparência. Existe aí um atraso na mentalidade coletiva e das elites seculares, um equívoco nacional, isto porque o Brasil não precisa mais assumir o racismo como estratégia para manutenção do poder histórico.

Se fizermos uma simulação e juntarmos as populações recenseadas pelo IBGE como “preta” e “parda” do Brasil no ano 2000, teremos 69.649.861 habitantes (47% do contingente nacional). Importante lembrar o ditado popular: “de noite todos os gatos são pardos”. Ou seja, associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país. Por ser um contingente populacional oriundo de um proces-

so secular de “mistura” étnica, as relações de valor que foram associadas, sistematicamente, aos povos europeus, como o “modelo” de referência e aceito pelo sistema dominante, imprimem vários desajustes nas formas de pensar, de se inserir e de se enquadrar na sociedade brasileira.

Existem evidências de que o contingente populacional brasileiro de matriz africana não é minoria e essa é mais uma estratégia do sistema de classificar os grupos discriminados de minorias, fazendo supor que estes atingem um número de pessoas menor que o de fato, utilizando-se de artifícios numéricos. Se assumirmos que a população considerada como “parda” nesse censo é de fato uma população mestiça que tem graus diferenciados de ascendência africana, ficará evidente que a população afro-brasileira não é minoria. A representação cartográfica do mapa 4 revela essa significativa expressão quantitativa e uma constatação espacial de que o Brasil é um país de essência na África e, realmente, somente quem não conhece o continente africano pode ignorar o quanto há de “Áfricas” em cada um de nós, na nossa essência, no nosso ser humano.

Este é um momento oportuno para nos perguntarmos: o que seria a Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, enfim, o Brasil, sem a presença dos povos africanos e seus descendentes? Que configuração territorial de Brasil teríamos sem a pre-

sença da África? Como seria a nossa religiosidade? E as práticas medicinais? Os padrões construtivos e de arquitetura? E as formas de atividades agrícolas? Estas são simulações necessárias para a reconstrução de posturas, de conceitos errôneos e impressões cristalizadas da nossa sociedade e do território brasileiro. No “fundo” o que não podemos perder de vista é que o Brasil é o que é, porque teve e tem as referências africanas marcadas, irreversivelmente, no seu espaço geográfico, na sua população e, sobretudo, na sua cultura.

Apesar da política de “branqueamento” desenhada para o Brasil e implementada no final do século XIX e início do século XX, em que os asiáticos, chineses e africanos eram considerados seres inferiores, as respostas dos mapas nos mostram a constatação do mosaico demográfico afro-brasileiro que construiu a estrutura territorial, social e econômica do país, sem privilégios e nem oportunidades.

As estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação com população de ascendência africana do planeta e é com relação a esse contingente que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica. Nos piores lugares da sociedade e do território, com raras exceções, estão as populações afro-brasileiras.

Numa grande cidade brasileira é possível verificar, sem consultar estatísticas sofisticadas, a segregação socioespacial evidente, como por exemplo: quem é o ho-

mem e mulher que pede esmola no sinal de trânsito? Qual o aspecto do ser humano que dorme na rua ou no metrô? Qual a referência da criança caracterizada como menino ou menina de rua, ocorrente no espaço urbano do país? Qual o perfil

do morador, da moradora da “favela” brasileira? Quais as condições do transporte coletivo que se direciona para a periferia das cidades? Como é o cidadão que vai neste ônibus ou trem? Estes lugares da sociedade são ocupados, predominate-



Mapa 4

mente, por populações afro-brasileiras e num país onde quase 50% do seu contingente populacional oficial é de matriz africana, constatamos que estamos diante de um problema estrutural da nação. Nos espaços de ocupação privilegiada e de valorização existe um outro extrato social e uma outra referência étnica.

Não é possível mais esconder que temos diferenças sociais, econômicas, territoriais, seculares e estruturais, para as quais os “remédios” ainda estão chegando e os assuntos são empurrados para um outro dia, para a próxima semana, para o mês que vem, para o próximo ano ou para o governo seguinte, que nunca chega. E os séculos estão passando!

Dessa maneira, ser descendente do continente africano no Brasil secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para a manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, uma energia adicional para ser e estar inserido. É uma luta secular contra a exclusão territorial, social e econômica.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

– A questão do desconhecimento da população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma

perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. O brasileiro não pode mais ficar achando que a África é um país; nem tão pouco achar que somente existem doenças; seres humanos e culturas primitivas; espaços para safári e animais exóticos etc. O dano principal dessa informação errônea é auxiliar a manutenção de uma população preconceituosa às referências africanas e ser feita uma associação imediata aos afro-brasileiros e afro-brasileiras. Este é um ponto estrutural para um processo de mudança, em que o ser humano brasileiro de ascendência africana seja, de fato, mais respeitado no sistema. Uma parte grande do problema continua sendo a desinformação, ou seja, a posição da África, geralmente um dos últimos continentes nos compêndios escolares e oficiais, precisa ser alterada;

– Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por con-

seguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil africano” até então sem evidência. Acreditamos, caso exista prioridade política, que ainda é possível uma revisão dos procedimentos metodológicos dos censos demográficos oficiais, que poderia incorporar os avanços já conquistados nas centenas de experiências de censos étnicos escolares já realizados por professores e diretores de escolas da nação. Um componente estrutural neste processo são os programas educacionais de conscientização e esclarecimento das matrizes étnicas de formação e sustentação do Brasil;

– É importante não perder de vista que vivemos o momento histórico de redefinição de uma identidade no país para os afro-brasileiros. Esse processo de inclusão social constitui um desafio para as duas partes: um Brasil “maquiado de Europa” que está sendo pressionado para mudar, para incluir, para reconhecer cidadanias e direitos históricos de outras matrizes culturais e étnicas e, do outro lado, a “África brasileira”, secularmente excluída, aflorando os seus conflitos internos, buscando formas eficazes de diálogo com o sistema e com o desafio de minorar o “medo” do “Brasil europeu” de que não vamos lhe tomar o Brasil. Podemos conviver com menos hipocrisia, mais respeito pelas diferenças e equilíbrio socioeconômico!

– Acreditamos no processo educacional como um elemento de transformação e de reconstrução dos conteúdos e informa-

ções errôneas, assim como a visibilidade na sociedade civil, como ferramentas para ampliação do conhecimento e para minorar o preconceito. Nesse sentido, algumas atividades itinerantes, como a exposição cartográfica: *A África, o Brasil e os territórios dos quilombos* e a oficina temática: *Matrizes africanas do território brasileiro*, são eventos educacionais que têm buscado uma maior visibilidade espacial junto aos educadores e estudantes, para essas questões geográficas estruturais da formação étnica do país. Outro segmento importante são as publicações com toda a documentação cartográfica e historiográfica das comunidades quilombolas (2000, 2005, 2006 e 2009) e os volumes da Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem (2005 e 2007), que constituem um conjunto de vários mapas temáticos para auxiliar o professor a transmitir informações sobre a geografia da África e a geografia afro-brasileira. Outras informações do Projeto Geografia Afro-Brasileira e desses produtos podem ser acessadas no site: www.unb.br/ih/ciga

– Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração, de forma estrutural, das situações das populações do “Brasil africano”.

Agradeço a equipe técnica do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da UnB pelo apoio na construção da documentação cartográfica e o profissionalismo na condução dos trabalhos desenvolvidos. A Bija, Izabella, Tomás e Victor dos Anjos, pelas presenças. Agradeço a todos os anjos que me ajudam e a todos os orixás africanos.

Recebido em 24/4/2009
Aprovado em 20/5/2009

Este artigo é parte das Conferências: Matrizes Africanas do Território Brasileiro, promovidas pelas embaixadas do Brasil na República Democrática do Congo (Kinshasa) e em Angola (Luanda), realizadas em parceria com a Universidade de Brasília e o Museu Real da África Central (Bélgica), em julho e agosto de 2008.